



ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: UMA PANORÂMICA SOBRE O DOCUMENTO PCN - ORIENTAÇÃO SEXUAL (1998)

PEREIRA, G.A.F.¹; RADL-PHILIPP, R.M.²

¹Discente do Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB – Vitória da Conquista, Docente do IFNMG – Campus Salinas e Bolsista PBQS - IFNMG; ²Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB – Vitória da Conquista e Professora da Universidade de Santiago de Compostela – Espanha.

Introdução

Os estudos de gênero são aportados como temas relativamente novos dentro do contexto educativo, pois datam da década de 70 e vinculados ao movimento feminista moderno. Nesse movimento se introduzia os chamados *Women's studies* como um campo de conhecimento nas universidades.

Segundo Radl-Philipp (2010, p. 16-17):

Las primeras investigaciones y estudios consisten sobre todo en la realización de análisis secundarios de textos e investigaciones desde una perspectiva feminista. [...] En una segunda fase, ya hacía finales de los años 70, comienzan las investigaciones propias sobre la problemática de las mujeres sobre todo en el ámbito social laboral, político, familiar y educativo. [...] En esta época se amplía ciertamente la visión de los estudios de las mujeres insistiendo en una perspectiva más completa que entiende que el tema del rol de género femenino no se puede entender sin la interrelación con el género masculino, por cuyo motivo se inicia un debate acerca de la diferenciación sexo/género. Se introduce asimismo la denominación “estudios de género”.

No Brasil, uma iniciativa importante de organização dos currículos na educação básica se deu com a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica no ano de 1998, contendo orientações sobre o que se deveria trabalhar nas diferentes etapas da educação escolar, nascendo de uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em que se previa a fixação de parâmetros para a educação básica a partir de sua promulgação.

Junto aos Parâmetros, notadamente tidos como documentos orientadores, de caráter não obrigatório, emerge também a existência de temas transversais, que perpassam as mais diversas áreas do conhecimento, não ficando presa a este ou aquele conteúdo, superando a noção de conteúdo e se integrando como parte existente e latente da vida humana.

Um desses temas transversais colocados em pauta foi o de Orientação Sexual, ganhando uma edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais específica para se tratar do assunto, “o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento” (PCN - Orientação Sexual, 1998).

Nas palavras de Altmann (2001, p. 579) “os PCNs pretendem ser um referencial fomentador da reflexão sobre os currículos escolares, uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares”.

Nesse sentido, este trabalho pretende, de forma breve, apresentar as perspectivas de estudos de gênero contidas no documento PCN - Orientação Sexual, lançado em 1998, bem como as perspectivas



associadas ao conceito de gênero, em cada vez que ele aparece no texto, ressaltando as devidas apreciações positivas e negativas, podendo assim emergir discussões importantes para a área da educação sobre a inclusão de temas que ainda causam polêmica dentro do ambiente escolar.

Material e Métodos

Este trabalho se realizou a partir de uma pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2007), em que se fez um levantamento simples sobre as perspectivas de estudos de gênero e sexualidade contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação Sexual, conhecido como PCN - Orientação Sexual (1998), com o intuito de verificar, a partir disso, quantas vezes aparece o vocábulo “gênero” no texto em questão e qual concepção está em discussão em cada vez que ele aparece.

Resultados e Discussão

No documento PCN - Orientação Sexual (1998) foi possível observar que o vocábulo “gênero” aparece 38 (trinta e oito) vezes no texto com significações diferentes, reforçando determinadas questões e deixando a desejar em outras. Por exemplo, cita-se bastante o termo “relações de gênero” ou “questões de gênero” para se referir ao respeito a si mesmo e ao outro, numa perspectiva de alteridade e dignidade de cada indivíduo, mas também é possível verificar que nesses mesmos termos citados encontram-se aspectos ligados a representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, valorização da equidade entre os gêneros, respeito a novas configurações familiares e revisão de papéis sexuais.

As perspectivas de gênero contidas nos PCN - Orientação Sexual (1998) ainda englobam papéis sociais e direitos de cidadania ligados à reprodução, enfatizando a perspectiva biológica ainda latente nos anos 90; inclusão das relações de gênero no trabalho de orientação sexual e inserção das relações de gênero como bloco de conteúdo no Ensino Fundamental.

A inserção de um bloco de conteúdo transversal de relações de gênero num documento orientador para a educação básica nos anos 90, por si só, já foi um grande avanço, mas é possível notar no seu teor a timidez nos argumentos e o cuidado com uma possível escandalização do tema, por se tratar de uma discussão até os dias de hoje ainda muito envolta a polêmicas e tabus.

Ainda no texto pode-se encontrar gênero relacionado à contraposição de estereótipos e discriminações associadas às expressões de sexualidade, citadas como a “atração homo ou bissexual”, embora nesse último aspecto o texto não se aprofunde muito e nem entra em discussões mais complexas sobre violências e discriminações.

Podemos perceber também a ligação das questões de gênero aos métodos contraceptivos, o embate da perspectiva do sexo ligado ao prazer ou à concepção; o conceito de gênero como representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica entre os sexos e as noções de masculino e feminino concebidas como construção social. Sobre essa construção social, Butler (2003, p. 37) corrobora que “o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada”.

O texto ainda traz no bojo da discussão de gênero a construção social versus a natureza como responsável pelas grandes diferenças entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Nessa seara, ainda é possível denotar a preocupação com o combate às relações autoritárias de gênero e o desvendamento de preconceitos associados ao tema, como a separação de meninos e meninas na escola, levando em conta uma suposta diferença de capacidades para determinados saberes a partir da biologia.



O texto traz algumas sugestões de trabalho na perspectiva de gênero em algumas disciplinas do currículo, como Língua Portuguesa e a discussão das regras do próprio idioma, como o plural masculino que inclui as mulheres e o plural feminino que exclui os homens. Os movimentos migratórios na Geografia com os novos arranjos familiares e as ocupações profissionais. As separações rígidas nas práticas esportivas da Educação Física que precisam ser rompidas. Ainda traz a Arte como necessária na desconstrução de tabus ligados à sensibilidade.

Por fim, o documento ressalta a tolerância com as diferenças e a necessidade de diminuição da violência de gênero. Vale salientar também que o texto incita discussões sobre os papéis sociais hegemônicos na sociedade como sendo construções sociais e não como algo dado naturalmente, um exemplo disso são as incitações que se fazem a respeito da mulher como herdeira do trabalho doméstico e do homem como ativista da vida pública, que precisam, urgentemente, serem desconstruídas.

O texto ainda faz uma menção bastante tímida sobre homossexualidade, mas numa perspectiva comportamental, nas palavras do documento se torna mais facilmente compreensível este postulado quando este diz que “[...] um menino mais delicado ou sensível [pode] ser chamado de “bicha” ou uma menina mais agressiva ser vista como lésbica [...]” (PCN - Orientação Sexual, 1998, p. 325, interpolação nossa). Essa prática, embora saibamos, e o texto também aponte como discriminatória e faça alusão ao direito de cada um expressar sua sexualidade, ainda é muito presente nos dias atuais, e, não há uma problematização maior ou aprofundamento da temática neste documento analisado.

Considerações finais

Foi possível concluir, pela análise realizada no documento PCN - Orientação Sexual, que os estudos de gênero no Brasil ainda se encontram bastante incipientes, no que se refere à sua entrada no âmbito escolar. Embora o documento seja um avanço, levando em conta o ano de sua publicação, é necessário que se façam revisões históricas sobre questões relacionadas ao gênero, mormente sobre identidades e sexualidades não normativas, que extrapolem as binariedades e papéis sociais hegemônicos que foram se cristalizando ao longo da história, e que, hoje, urgem serem desconstruídas.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB pela oportunidade de tecer ricas discussões sobre gênero, feminismo e memória, e também ao IFNMG pelo apoio financeiro.

Referências

- ALTMANN, H. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, jan. 2001.
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 1998.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- RADL-PHILIPP, R. M. **Investigaciones Actuales de las mujeres y del género**. Santiago de Compostela: Ed. Servizo de Publicacións, Universidade de Santiago de Compostela, 2010.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.